

## **AVALIAÇÃO DA ÁGUA DE CONSUMO EM COMUNIDADE QUILOMBOLA NA TERRA DURA – CAPELA/SE**

*Aline Barreto Hora, Jeferson Bezerra Monteiro; Cláudia Katarine Andrade de  
Carvalho de Souza; Rosa Cecília Lima Santos; Eliane Bezerra Cavalcanti;  
Álvaro Silva Lima; Cristiane Costa da Cunha Oliveira; Cláudia Moura Melo;  
Maria Nogueira Marques*

**INTRODUÇÃO:** A água potável é aquela que pode ser consumida sem riscos à saúde. No Brasil, a portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde (MS) dispõe que a água, que se apresenta em inconformidade com os parâmetros de controle de vigilância da qualidade da água para o consumo humano e seu padrão de potabilidade, pode oferecer risco à saúde humana. O cenário dos domicílios quilombola no Brasil é carente de investimentos em programas específicos de saneamento básico, entre eles o acesso à água potável. **OBJETIVO:** Avaliar os parâmetros de qualidade da água de consumo em comunidade quilombola, localizada no município de Capela, Sergipe. **MATERIAIS E MÉTODOS:** A área de estudo se localiza na Comunidade Quilombola Terra Dura/Coqueiral, no município de Capela, Estado de Sergipe. Foram definidos pontos à realização de coleta de amostras de água para análises físico-químicas e microbiológicas. As análises foram realizadas no Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP), observando os seguintes critérios: à realização das análises físico-químicas empregaram-se a sonda e o fotômetro multiparâmetros, das análises microbiológicas foram feitas de acordo com o Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater (SMEWW). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os parâmetros químicos analisados como nitrato, nitrito, amônia, cloro total e sulfato, mantiveram-se dentro do padrão estabelecido pelo Ministério da Saúde (MS). Por outro lado, todas as amostras analisadas estiveram abaixo do valor preconizado pela portaria para cloro residual livre, sendo este valor entre 0,2 e 2,0 mg/l. A portaria do MS 2.914/2011 estabelece que o valor máximo permitido (VMP) de turbidez na água para consumo humano seja de até 5 uT (unidade de turbidez). Desse modo, com base nos resultados, todos os valores estão dentro dos limites aceitáveis. É estabelecido que o pH deva ser mantido entre 6 e 9,5, porém as análises realizadas demonstraram nos pontos TD1 (ago./2019) e TD2 (mar./ 2019 e ago./2019) que os valores do pH estavam abaixo do valor determinado pela legislação. A condutividade apresentou valores em sua grande maioria adequados, somente TD2 (mar./2019) obteve um valor alto (131 µS/cm). Nas análises dos parâmetros microbiológicos a maioria dos pontos não apresentou crescimento de coliformes termotolerantes, havendo crescimento nos pontos TD1 (mar./2019) com 17, número mais provável (NMP) /100ml e TD3 (mar./2019) com 6 NMP/100ml. A presença dessas bactérias nas amostras analisadas evidencia a ocorrência de contaminação da água por

material fecal, o que pode vir a desenvolver doenças diarreicas provocadas pela principal bactéria desse grupo, a *Escherichia coli*. A água dos pontos TD3 (mar.2019 e ago.2019) 14 e 17 NMP/100ml, respectivamente, e em TD1 (mar.2019) 33 NMP/100mL não estava adequada para consumo, pois houve crescimento de coliformes totais de acordo com os valores supracitados. Esse resultado corrobora com o estudo realizado no distrito de Piquirivaí, Campo Mourão/Paraná, no qual se observou a presença de coliformes totais em seis comunidades rurais. O valor encontrado para bactérias heterotróficas em TD1 (ago.2019) de 1.000 unidades formadoras de colônia (UFC) /ml está acima do valor preconizado pela legislação de 500 UFC/100 ml. **CONCLUSÃO:** A qualidade da água utilizada pela comunidade apresentou alguns parâmetros que não correspondem ao preconizado pela portaria do MS, sendo necessária maior atenção e avaliação aos pontos de coleta que se apresentaram fora dos padrões.

**PALAVRAS-CHAVES:** Água potável; Qualidade da Água; Saúde Pública.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

MORAIS, W. A.; SALEH, B. B.; ALVES, W. D. S.; AQUINO, D. S. Qualidade sanitária da água distribuída para abastecimento público em Rio Verde, Goiás, Brasil. **Caderno Saúde Coletiva**, v. 24, n. 3, p. 361-367, 2016.

OLIVEIRA, G. G. C.; PARUSSOLO, L. Qualidade microbiológica da água utilizada para consumo humano em propriedades rurais localizadas no distrito de Piquirivaí, Campo Mourão, Paraná. **Revista Uningá**. v. 42, p. 39-42, 2014.